

INDÚSTRIA

Reversão de expectativas*

*Flávio Benevett Fligenspan***

Foi apenas ao final de setembro que o IBGE divulgou os índices de produção física da indústria de transformação brasileira relativos ao primeiro semestre de 1992. Tal atraso foi provocado pela arrastada greve mantida pelos funcionários desse órgão em mais uma luta contra a tentativa de desmantelamento do setor público no Brasil. Os índices divulgados mostram com clareza que o fôlego demonstrado no início do ano foi curto e não conseguiu sustentar os números positivos de fevereiro, março e abril. Com efeito, as taxas de maio e junho já se apresentam negativas e, mais do que isso, com valores crescentes em módulo. A Tabela 1, que mostra as taxas de crescimento da produção física acumuladas no ano, evidencia esse movimento de perda de fôlego tanto para o total da indústria de transformação brasileira como para suas diversas categorias de uso. Assim é que a indústria viveu seus melhores momentos no fechamento do primeiro trimestre do ano e, mesmo com uma base de comparação deprimida — o ano de 1991 —, acabou por revelar taxas negativas ou próximas disso a partir de abril.

O caso da categoria bens de capital coloca-se como especial, pois, diante da prolongada recessão e da falta de expectativas favoráveis, ela vem registrando sucessivamente taxas negativas, e seus sinais de melhora restringem-se a valores menores em módulo. Já a categoria bens intermediários apresenta outra particularidade, sendo a única que conseguiu manter taxas positivas de crescimento, apesar de seguir o movimento geral de arrefecimento a partir de abril. Essa categoria tem mantido, ao longo dos últimos anos um comportamento que a distingue da média, sempre com utilização mais intensa da capacidade instalada. Tal desempenho lhe confere um enorme poder de barganha quanto a reajustes de preços em períodos de expansão da economia e uma proteção quanto ao aumento dos custos fixos médios em épocas recessivas como a atual.

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 02.10.92; contou com a colaboração do estagiário da FEE André Passos Cordeiro.

** Economista da FEE e Professor da UFRGS.

O autor agradece os comentários aos colegas da FEE Clarisse Chiapani Castilhos, Daisy Zeni Schram, Ricardo Brinco e Sílvia Horst Campos. Jorge da Silva Accurso e André Contri discutiram o item sobre margem de lucro.

Tabela 1

Taxas de crescimento da produção física acumuladas no ano, por categorias de uso e para o total da indústria de transformação brasileira — jan.-jun./92

(%)

DISCRIMINAÇÃO	JAN	JAN-FEV	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAIO	JAN-JUN
Bens de capital	-16,46	-8,60	-6,90	-7,52	-9,25	-10,53
Bens intermediários ...	2,31	6,18	7,32	4,05	1,50	0,53
Bens de consumo	-6,11	3,72	1,87	-3,01	-5,76	-6,64
Duráveis	-9,43	10,31	2,51	-3,26	-6,42	-8,86
Não duráveis	-5,38	2,28	1,72	-2,93	-5,60	-6,11
Indústria de transformação	-1,85	4,78	4,47	0,67	-2,10	-3,21

FONTE: IBGE.

NOTA: As taxas referem-se à produção acumulada no ano, até o mês de referência, em relação ao mesmo período de 1991.

No número anterior desta publicação (FLIGENSPAN, 1992), já se havia chamado atenção para o desempenho recente de alguns gêneros que compõem a categoria de bens intermediários, mais especialmente em relação aos ganhos de produtividade, níveis de utilização de capacidade e participação no mercado externo. Naquele texto, a análise conjunta dessas três variáveis mostra que a adaptação à crise dos gêneros papel e papelão, química e alguns ramos da metalúrgica, entre outros, tem sido feita com maior eficácia e com menos traumas do que na média da indústria de transformação. Além disso, aponta-se a maior capacidade desses setores de disputar espaço no mercado internacional, o que lhes garantiria a própria sobrevivência, ao contrário dos demais, diante da reorganização acelerada da produção e do comércio internacionais. Na verdade, das três variáveis citadas, a participação no mercado externo acaba sendo a que melhor expressa as diferenças qualitativas domésticas, podendo ser tomada como indicador simplificado de um conjunto amplo e articulado de questões.

Quanto às categorias ligadas ao consumo, tal como poder-se-ia esperar numa situação de queda do poder de compra por arrocho salarial, há uma importante diminuição da produção, que se manifesta com maior intensidade na categoria bens de consumo duráveis, expressando mais diretamente o achatamento do padrão de consumo das camadas médias da população. A título de ilustração, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) informa que, no acumulado de janeiro a agosto de 1992, todos os itens produzidos tiveram redução de vendas da indústria para o comércio, que variou de 16% no caso dos televisores a cores até 50% para *freezers* verticais.

É evidente que, diante desse quadro, a saída tradicional de buscar o mercado externo tem sido cada vez mais incrementada, fazendo com que o valor exportado dos produtos manufaturados aumentasse em 16% nos primeiros sete meses do ano, com variações muito expressivas de alguns itens, como: suco de laranja (60%), automóveis (170%), veículos de carga (56%) e pneu (47%).

Acrescentem-se ao incremento das exportações pelo menos mais dois outros fatores capazes de explicar o dinamismo de alguns setores e de, ao mesmo tempo, evitar uma queda mais expressiva da taxa de crescimento da produção. São eles a boa safra agrícola e o acordo da indústria automobilística, visando ao rebaixamento de preços. Mesmo que os impactos positivos mais fortes desses dois fatores não tenham se estendido no tempo, eles contribuem, junto com as exportações, para explicar incrementos de produção, no primeiro semestre do ano de 4,76% para o gênero material de transporte, de 10,86% para borracha — que inclui a fabricação de pneus —, de 2,13% para metalúrgica e de 7,89% para fumo.

É importante observar que o atraso no cálculo e na publicação dos índices do IBGE para o segundo trimestre do ano acabou por forçar uma reorientação de várias análises que previam um crescimento do PIB brasileiro em 1992, tomando como referência as expansões dos produtos dos Setores Primário e Secundário no primeiro trimestre. Quando se tomou conhecimento da reversão não desprezível dos indicadores industriais, a nova "rodagem" dos modelos econométricos levou à expectativa de um PIB — em valores reais — em 1992 muito próximo ao do ano anterior.

Margem de lucro *versus* utilização da capacidade instalada

Em estudo interessante e bastante apropriado para o momento que se vivia em meados da década de 80, a revista **Indústria e Desenvolvimento**, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), publicou um artigo (ZOCKUN, 1986) em que relacionava o nível de utilização da capacidade instalada com a margem de lucro¹ da indústria de transformação paulista. Observa-se para o período 1980-85 uma relação inversa entre essas duas variáveis, o que encontra sustentação na discussão acadêmica sobre a chamada teoria do oligopólio.² Hipoteticamente, toda vez que a utilização cai, como reflexo de uma recessão, os custos fixos médios passam a pesar mais na composição total dos custos, e a resposta das empresas é uma elevação de preços,

¹ No artigo citado, a margem de lucro é medida pelo quociente entre vendas nominais e salários nominais, a única alternativa permitida pela base de dados disponíveis. É certo que essa é uma medida superestimada, uma vez que não contempla outros custos diretos, como matérias-primas. Porém, desde que o interesse do trabalho era mostrar mais as variações da margem do que seu nível absoluto, a distorção embutida na forma de medida não deve ser muito grande. O presente trabalho usa a mesma forma de medir a margem de lucro.

² A esse respeito, ver Maldonado Filho (1985), que se coloca como um crítico dessa linha teórica.

que se traduz em aumento da margem bruta de lucro.³ Essa seria a forma de as empresas protegerem sua taxa de lucro. Em troca, quando há expansão de demanda e de produção, a utilização aumenta e as margens podem diminuir. Qualificando um pouco essa relação, deve-se acrescentar que setores mais oligopolizados, geralmente mais capital-intensivos, sofreriam mais os efeitos das variações de demanda e, portanto, responderiam com mais intensidade em termos de variações de preço e margem bruta de lucro.

A tentativa de repetir aquele tipo de estudo para o período do Governo Collor, sabidamente recessivo, não gerou o mesmo tipo de relação descrito na teoria e verificado no início dos anos 80. Pelo contrário, observa-se no Gráfico 1, para o total da indústria de transformação paulista, um movimento semelhante das variáveis utilização da capacidade instalada e margem de lucro, esta tomada em forma de índice.⁴

Um exame mais detalhado do Gráfico 1 permite destacar alguns aspectos. O primeiro deles é o patamar relativamente alto da margem de lucro para o período inicial da análise, o que se deve à aceleração dos preços que caracterizou o final do Governo Sarney. Logo a seguir, verifica-se um movimento simultâneo de forte queda da margem e da utilização, devido à implantação do Plano Collor, com os conhecidos entraves à produção e às vendas derivados do bloqueio monetário. O período seguinte é de recomposição expressiva da margem de lucro e, de forma mais suave, da utilização. A partir daí, até meados de 1992, as oscilações são mais corretamente explicadas pelo efeito da sazonalidade da atividade industrial, que indica um pico de produção e de vendas de agosto a outubro de cada ano, e da concentração dos dissídios coletivos no final de cada ano. Esses dois aspectos combinados fazem com que a margem oscile mais do que a utilização ao longo do período.⁵

Porém o que mais chama atenção são dois outros pontos. O primeiro deles é o nível de utilização da capacidade instalada, que oscila em torno de 70%, patamar relativamente alto em função da recessão vivida durante o Governo Collor.⁶ Em segundo lugar, vale a pena repetir, não se constata a esperada alternância entre crescimento e queda das variáveis do Gráfico 1.

Uma tentativa de se avançar a discussão, tornando-a mais específica, seria investigar essa mesma relação para os vários gêneros, inclusive com a possibilidade de se examinarem as alterações esperadas para gêneros com diferentes graus de concentração. Contudo gráficos semelhantes para os gêneros, apesar de mostrarem algumas situações especiais, em geral repetem a mesma relação entre as variáveis observadas para o total da indústria. Nem mesmo a hipótese de que os setores oligopolizados e competitivos reagiriam diferenciadamente se confirmou.

³ Nem sempre pode-se entender esse aumento de margem como efetivo — o que seria um aumento de margem líquida —, pois essa margem bruta maior deve cobrir um custo fixo médio mais elevado. Uma vez que o cálculo da margem bruta não incorpora o custo fixo médio, não é possível saber se o percentual de aumento da margem é suficiente para cobrir o incremento do custo.

⁴ Alerta-se, portanto, que os valores da margem de lucro no Gráfico 1 não devem ser tomados como percentuais de margem, nem devem ser comparados com os valores da variável utilização da capacidade instalada, estes sim representando os verdadeiros percentuais.

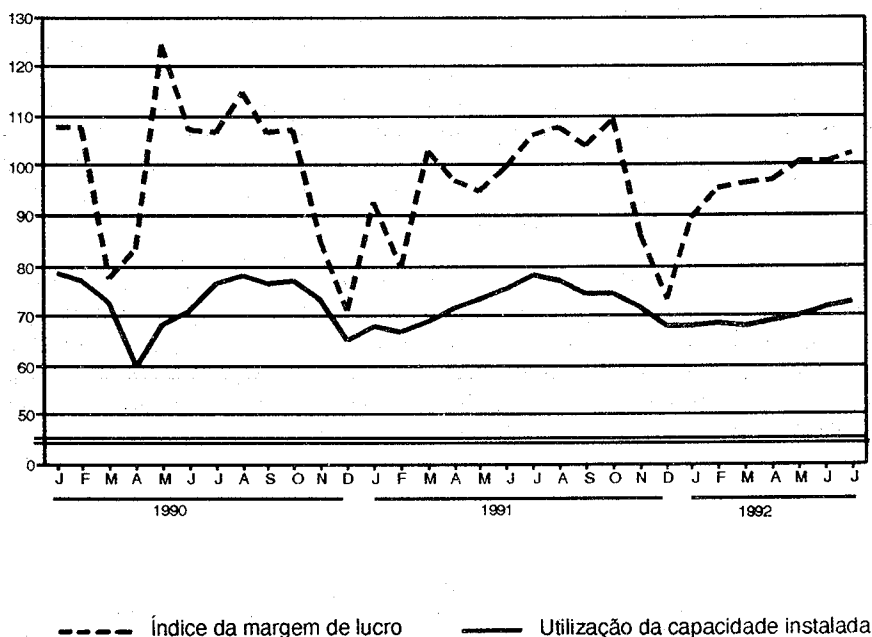
⁵ É claro que, se a medida da margem incluísse outros custos, como matérias-primas, por exemplo, o efeito-dissídio seria menos intenso ao final de cada ano, pois o total dos custos não teria uma variação tão brusca.

⁶ Já se havia apontado isso no número anterior desta publicação (FLIGENSPAN, 1992).

Diante da não-confirmação das hipóteses teóricas e da relação diferenciada das variáveis do Gráfico 1 para o período atual frente à primeira metade dos anos 80, essa questão merece uma avaliação mais profunda, inclusive com um acompanhamento de maior amplitude temporal, o que transcende os objetivos da presente análise. Somente assim seria possível captar prováveis especificidades desse período tão peculiar da economia brasileira.

GRÁFICO 1

**ÍNDICE DA MARGEM DE LUCRO *VERSUS* UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE
INSTALADA PARA O TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
PAULISTA — JAN/90—JUL/92**



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FIESP.

NOTA: Os índices da margem de lucro têm como base a média mensal de 1990.

Resta ainda uma última qualificação a fazer. É o fato de que as margens de lucro, medidas pela relação entre vendas nominais e salários nominais, devem estar superestimadas a partir do início mais intenso do processo de terceirização. Isto porque a transferência de algumas atividades para fora das empresas, com a consequente dispensa de pessoal e diminuição da folha de pagamento, acaba aparecendo sob a forma de aumento de margem, quando, na realidade, o que ocorreu foi apenas uma realocação dos itens de despesa.

O primeiro semestre da indústria gaúcha

Ao contrário da indústria de transformação brasileira, que não sustentou o crescimento do primeiro trimestre do ano e chegou a junho acumulando uma taxa negativa de 3,21%, a indústria gaúcha, ainda que fazendo o mesmo movimento de queda a partir de março, terminou a primeira metade de 1992 com uma taxa positiva de 3,58%.

A Tabela 2, que compara as taxas de crescimento da produção brasileira e da gaúcha no primeiro semestre de 1992, indica claramente que o Estado aproveitou melhor seus estímulos positivos. Dado que a indústria sul-rio-grandense é mais atrelada à base primária e que a safra agrícola deste ano apresentou bons resultados, é possível, pois, explicar a diferença de desempenhos.

Averiguando-se a questão a nível de alguns gêneros, observa-se, por exemplo, uma marcada diferença em mecânica, que se deve à presença importante das máquinas agrícolas na composição do gênero no Estado, enquanto a nível nacional o mau desempenho espelha a profundidade da recessão, devido à presença maior dos bens de produção mais pesados. O Rio Grande do Sul ainda foi beneficiado por uma circunstância externa, que se deve ao desajuste cambial observado na economia argentina, acarretando facilidades nas exportações de máquinas agrícolas para o país vizinho.

Outro gênero em que aparece a diferença entre Brasil e Rio Grande do Sul, novamente no sentido do aproveitamento desigual dos estímulos do Setor Primário, é química. Com efeito, no Estado a participação dos adubos e fertilizantes elevou a produção em 10,31%. Ainda cabe um registro especial ao incremento de 26,73% da produção da indústria fumageira, também nesse caso com uma taxa mais expressiva que a nacional.

Por outro lado, destaca-se a situação dos gêneros material de transporte e borracha, nos quais a indústria gaúcha teve um desempenho muito inferior ao da média nacional, sobretudo no primeiro, que apresentou incremento importante da produção nacional como reflexo do acordo de rebaixamento de preços da indústria automobilística. As empresas gaúchas ligadas a esse gênero não conseguiram influenciar suficientemente o crescimento da produção, a ponto de evitar que ele amargasse a mais expressiva taxa negativa de toda a estrutura industrial.

Tabela 2

Taxas de crescimento da produção física acumulada no primeiro semestre de 1992, por gênero e para o total das indústrias de transformação brasileira e gaúcha

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
Indústria de transformação	-3,21	3,58
Minerais não-metálicos ...	-4,02	6,47
Metalúrgica	2,13	1,26
Mecânica	-7,03	15,27
Material elétrico e de comunicações	-19,44	-21,62
Material de transporte ...	4,76	-22,02
Papel e papelão	0,86	-1,84
Borracha	10,86	1,07
Química	0,48	10,31
Farmacêutica	-2,30	-
Perfumaria, sabões e velas	-1,08	2,30
Produtos de matérias plásticas	-11,27	-
Têxtil	-5,26	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-17,63	-2,19
Produtos alimentares	-2,03	-2,53
Bebidas	-10,50	0,19
Fumo	7,89	26,73

FONTE: IBGE.

NOTA: As taxas referem-se ao confronto do primeiro semestre de 1992 com o primeiro semestre de 1991.

Bibliografia

- FLIGENSPAN, Flávio B. (1992). Ganhos e perdas na crise recente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.23-29.
- MALDONADO FILHO, Eduardo A. de Lima (1985). Concorrência e preços administrados: uma crítica às teorias do oligopólio. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.409-438.
- ZOCKUN, Maria Helena (1986). Investir, imposição do mercado. **Indústria e Desenvolvimento**, São Paulo: FIESP/CIESP, v.19, n.6, p.33-35, jun.